

# Senadores mantêm veto presidencial

O governo demonstrou, ontem à noite, que não apenas manteve, mas ampliou sua força no Senado Federal: as oposições, com apenas um senador ausente, não conseguiram derrubar o veto presidencial ao Plano de Benefícios da Previdência Social, obtendo apenas 30 dos 38 votos necessários. Vinte e cinco senadores votaram a favor do veto e um se absteve. Antes da votação, os líderes de oposição mais pessimistas calculavam que teriam 32 votos e os mais otimistas esperavam chegar a 35. No último confronto (a política salarial) faltaram apenas três votos para a rejeição do veto presidencial.

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, telefonou para vários senadores, que estavam sobre intensa pressão das oposições para votar contra o veto, e assegurou a fidelidade deles ao Governo. À tarde, na sessão do Senado, estavam presentes 63 senadores, à noite no Congresso esse número caiu para 56. O deputado Luiz Eduardo Magalhães, vice-líder do PFL, calculou que, além de 21 senadores assumidamente governistas, quatro outros tidos como oposicionistas também votaram a favor do veto.

Como o voto é secreto, eles não podem ser identificados.

Os aposentados, que lotaram as galerias, reagiram com vaias, gestos obscenos, além de jogarem dinheiro sobre os parlamentares, obrigando o presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, a suspender a sessão. No encaminhamento da votação, os senadores José Ignácio, com dados fornecidos pelo Ministério da Economia, e Almir Gabriel, especialista em Previdência, travaram uma verdadeira guerra de números. Ignácio assegurava que se o veto fosse rejeitado, a Previdência iria à falência com um rombo de US\$ 10 bilhões, enquanto Gabriel, especificando todas as fontes de receita estabelecidas pela Constituição, garantia que os recursos davam para pagar todos os benefícios previstos no projeto aprovado pelo Congresso e vetado pelo presidente Fernando Collor.

06/12/1990

JORNAL DE BRASILIA

11